

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Calango 6 Energia Renovável S.A.

SUMÁRIO

RELATORIO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
BALANÇOS PATRIMONIAIS	13
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	15
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE	16
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	18
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	19
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	20
2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	20
3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
4. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS.....	35
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	36
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	37
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	37
8. INVESTIMENTOS	38
9. IMOBILIZADO.....	38
10. FORNECEDORES.....	40
11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	40
12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	43
13. OUTROS PASSIVOS	45
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
15. RECEITA LÍQUIDA.....	47
16. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	49
17. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS	49
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	50
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	50
20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	51
21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	52
22. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO	55
23. COMPROMISSOS.....	56
24. SEGUROS.....	57



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2018
Calango 6 Energia Renovável S.A. – Calango 6



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
1. CALANGO 6	5
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6
4. ENDIVIDAMENTO	7
4.1 Cronograma de Vencimento	7
5. AUDITORES INDEPENDENTES	7
6. AGRADECIMENTOS	8
DISCLAIMER	8

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

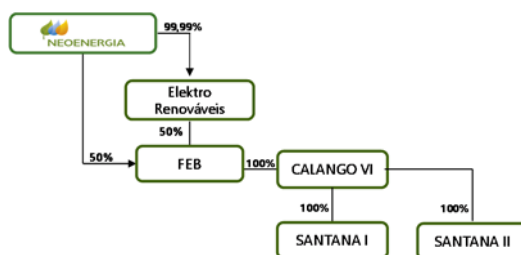
Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2018, a Calango 6 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2019, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. CALANGO 6

A empresa Calango 6 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à empresa Força Eólica do Brasil S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, localizado nos municípios de Bodó e Cerro Corá (RN).

A empresa Calango 6 é controladora direta das empresas e parques eólicos Santana 1 e Santana 2.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Calango 6 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18/11/2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria.

O Parque Eólico firmou com 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036.

Em 2018 o parque descontratou temporariamente, de janeiro a dezembro do mesmo ano, 100% dos CCEAR via MCSD.

Para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 firmou com a NC Energia, comercializadora do Grupo Neoenergia, um contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) no Ambiente Livre de 15,7MWm.

Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 18,5MW médios.

No ano de 2018, o Parque Eólico Calango 6 esteve em operação comercial e durante esse período gerou 152,6 GWh, estando sua operação sob coordenação do ONS - Operação Nacional do Sistema Elétrico.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2018	2017	Variação %
Receita Operacional Bruta	41.946	31.657	32,50
Receita Operacional Líquida	37.989	28.310	34,19
Margem Operacional Líquida	25.221	17.706	42,44
EBITDA	73.606	54.152	35,92
Resultado Financeiro	(28.717)	(35.401)	(18,88)
Lucro Líquido	38.011	11.541	229,36
Margem Operacional (%)	66,39%	62,54%	3,85
Margem EBITDA (%)	193,76%	191,28%	2,47
Margem Líquida (%)	100,06%	40,77%	59,29

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	2018	2017	Variação %
Ativo Total	554.797	538.802	2,97
Dívida Bruta	304.688	305.448	(0,25)
Dívida Líquida ⁽²⁾	290.187	293.680	(1,19)
Patrimônio Líquido	230.403	201.419	14,39

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	2018	2017	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA ⁽¹⁾	3,94	5,42	(27,30)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽¹⁾	(2,56)	(1,53)	67,56

⁽¹⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2018	2017	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido	38.011	11.541	26.470	229,36
Despesas financeiras	29.830	36.773	(6.943)	(18,88)
Receitas financeiras	(1.113)	(1.372)	259	(18,88)
Imposto de renda	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	6.878	7.210	(332)	(4,60)
EBITDA	73.606	54.152	19.454	35,92

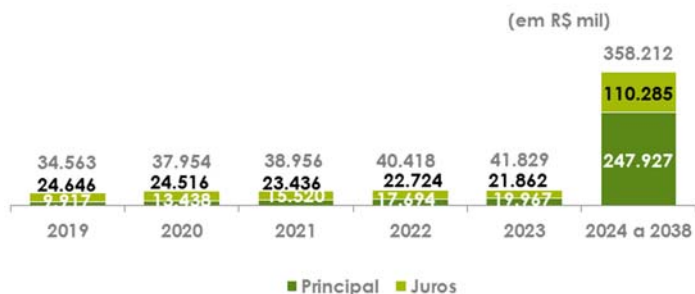
⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

Em 31 dezembro de 2018, a dívida bruta de Calango 6, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R\$ 304.688 mil (dívida líquida R\$ 290.187 mil), apresentando uma redução de 0,25% (R\$ 760 mil) em relação a Dezembro de 2017. Em relação à segregação do saldo devedor, Calango 6 possuía 96,49% da dívida contabilizada no longo prazo e 3,51% no curto prazo.

4.1 Cronograma de Vencimento

A companhia possui a maior concentração de dívida no longo prazo, a partir de 2024 até 2038, sendo 100% do volume dessa dívida representada pela liquidação das dívidas junto ao BNDES, somando um montante de R\$ 221.392 mil de pagamento de principal e pela liquidação da primeira série da primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 26.535 mil.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência de 36 meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$	% Em relação à Auditoria	Prazo (meses)
Auditoria	54.337	100,00%	36

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a KPMG.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Calango 6 Energia Renovável S.A. ("Calango 6"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Calango 6 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Calango 6.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Calango 6 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Calango 6 Energia Renovável S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Calango 6 Energia Renovável S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Calango 6 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para desmantelamento - individual e consolidado

Veja a Nota 3.5 f) e 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui registrado provisão para desmantelamento em 31 de dezembro de 2018 referente a obrigação assumida de retirada dos ativos do seu parque eólico ao final do prazo contrato de autorização. A estimativa dos custos associados exige considerável julgamento pela Companhia em relação a fatores como o período de utilização da área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e premissas envolvidas na avaliação, mensuração e definição do momento para o reconhecimento dessa provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Analisamos a consistência e a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, incluindo o custo base das áreas a serem desmobilizadas, taxas de desconto e de risco. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisões, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.407	11.611	52.046	26.977
Contas a receber de clientes	6	9.968	8.236	29.316	24.953
Impostos e contribuições a recuperar	7	547	345	604	424
Dividendos a receber		31.100	7.037	-	-
Despesas pagas antecipadamente		51	21	117	20
Total do ativo circulante		56.073	27.250	82.083	52.374
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários		94	-	277	-
Depósitos Judiciais	12	71	-	229	-
Investimentos	8	327.342	335.464	-	-
Imobilizado	9	171.217	175.931	495.032	510.873
Total do ativo não circulante		498.724	511.395	495.538	510.873
Total do ativo		554.797	538.645	577.621	563.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10	4.940	5.015	17.204	17.827
Empréstimos e financiamentos	11	10.709	9.929	10.709	9.929
Salários e encargos a pagar		29	35	85	106
Impostos e contribuições a recolher		305	258	1.133	1.237
Dividendos e juros sobre capital próprio	14	9.027	2.480	9.027	2.480
Outros passivos	13	130	19.206	364	21.408
Total do passivo circulante		25.140	36.923	38.522	52.987
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	240.592	248.470	240.592	248.172
Debêntures	11	53.387	46.892	53.387	46.892
Provisões	12	5.240	4.932	14.613	13.749
Outros passivos	13	35	9	104	28
Total do passivo não circulante		299.254	300.303	308.696	308.841
Patrimônio líquido	14				
Capital social		30.001	30.001	30.001	30.001
Reservas de capital		163.145	163.145	163.145	163.145
Reservas de lucros		37.257	8.273	37.257	8.273
Total do patrimônio líquido		230.403	201.419	230.403	201.419
Total do passivo e do patrimônio líquido		554.797	538.645	577.621	563.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 (Reclassificado)	2018	2017 (Reclassificado)
RECEITA LÍQUIDA	15	37.989	28.310	106.146	80.393
CUSTO DOS SERVIÇOS		(12.768)	(10.604)	(37.324)	(30.256)
Custos com energia elétrica	16	(4.255)	(2.056)	(12.102)	(6.028)
Custos de operação	17	(8.513)	(8.548)	(25.222)	(24.228)
LUCRO BRUTO		25.221	17.706	68.822	50.137
Outras Receitas/(Despesas) gerais e administrativas	17	(542)	(397)	(683)	(1.604)
Resultado de equivalência Patrimonial	8	42.049	29.633	-	-
LUCRO OPERACIONAL		66.728	46.942	68.139	48.533
Receitas financeiras	18	1.113	1.372	2.658	2.311
Despesas financeiras	18	(29.830)	(36.773)	(30.125)	(37.151)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		38.011	11.541	40.672	13.693
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	(2.661)	(2.152)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		38.011	11.541	38.011	11.541
Lucro básico e diluído por ação em R\$:					
Ordinária		0,20	0,06	0,20	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	38.011	11.541	38.011	11.541
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício	38.011	11.541	38.011	11.541
Lucro básico e diluído por ação em R\$:				
Ordinária	0,20	0,06	0,20	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Controladora e consolidado

	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva especial de dividendos não distribuídos		
Saldos em 01 de janeiro de 2017	21.506	163.145	22	311	104	(1.225)	183.863
Aumento de capital	8.495	-	-	-	-	-	8.495
Absorção de prejuízo	-	-	(22)	-	(104)	126	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.541	11.541
Destinações:							
Reserva legal	-	-	522	-	-	(522)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.480)	(2.480)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.440	-	(7.440)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	30.001	163.145	522	7.751	-	-	201.419
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	38.011	38.011
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.901	-	-	(1.901)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(9.027)	(9.027)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	27.083	-	(27.083)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	30.001	163.145	2.423	34.834	-	-	230.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (Reclassificado)	2018	2017 (Reclassificado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.011	11.541	38.011	11.541
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	6.878	7.210	19.830	20.903
Equivalência patrimonial	(42.049)	(29.633)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.661	2.152
Encargos de dívidas, atualizações monetárias, cambiais e outras receitas e despesas financeiras	29.601	35.766	29.593	36.037
Atualização das provisões para desmantelamento	141	-	395	-
Atualização de títulos e valores mobiliários	(4)	(252)	(14)	(536)
Provisão para ressarcimento	-	3.365	-	9.958
	32.578	27.997	90.476	80.055
REDUÇÃO (AUMENTO) EM ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	(1.732)	(7.056)	(4.363)	(21.480)
IR e CSLL a recuperar	(184)	(89)	(493)	(271)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(18)	(18)	3	(41)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	7.037	117	-	-
Depósitos judiciais	(67)	-	(217)	-
Despesas pagas antecipadamente	(30)	(20)	(97)	(20)
	5.006	(7.066)	(5.167)	(21.812)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(75)	(16.772)	(623)	(52.231)
Encargos de dívidas pagos	(20.519)	(9.596)	(20.519)	(9.596)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-	(161)	(2.469)	(2.153)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	47	(579)	14	(1.054)
Encargo de mútuos pagos	(2.175)	(547)	(2.175)	(547)
Outros passivos	(2.937)	239	(4.880)	689
	(25.658)	(27.416)	(30.641)	(64.892)
CAIXA GERADO (UTILIZADO NAS) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.926	(6.485)	54.668	(6.649)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	(11)	(28.280)	-	-
Aquisição de imobilizado	(1.997)	(3.957)	(3.520)	(12.741)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	(90)	14.979	(263)	22.681
Resgate de ações	19.082	11.444	-	-
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	16.984	(5.814)	(3.783)	9.940
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	8.495	-	8.495
Captação de empréstimos e financiamentos	-	39.251	-	39.251
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(9.088)	(3.565)	(9.088)	(3.565)
Depósitos em garantia	231	(7.674)	529	(7.972)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.480)	-	(2.480)	-
Pagamento de mútuo com partes relacionadas	(14.777)	(12.637)	(14.777)	(12.637)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(26.114)	23.870	(25.816)	23.572
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.796	11.571	25.069	26.863
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.611	40	26.977	114
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.407	11.611	52.046	26.977
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.796	11.571	25.069	26.863
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão para desmantelamento	167	(244)	469	(682)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	41.946	31.657	112.828	86.107
	41.946	31.657	112.828	86.107
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.715)	(265)	(7.093)	(726)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.767)	(1.791)	(5.236)	(5.302)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.175)	(933)	(3.133)	(2.561)
	(5.657)	(2.989)	(15.462)	(8.589)
Valor adicionado bruto	36.289	28.668	97.366	77.518
Depreciação e amortização	(6.878)	(7.210)	(19.830)	(20.903)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	29.411	21.458	77.536	56.615
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	1.167	1.438	2.712	2.377
Resultado de equivalência patrimonial	42.049	29.633	-	-
	43.216	31.071	2.712	2.377
Valor adicionado total a distribuir	72.627	52.529	80.248	58.992
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	133	66	400	290
Encargos sociais (exceto INSS)	11	28	33	46
Auxílio alimentação	8	9	24	27
Convênio assistencial e outros benefícios	-	51	-	51
Provisão para férias e 13º salário	19	6	57	18
Plano de saúde	4	8	12	24
Participações nos resultados	6	50	17	150
Outros	2	-	5	8
Subtotal	183	218	548	614
Impostos, taxas e contribuições				
INSS (sobre folha de pagamento)	41	14	122	80
PIS/COFINS	3.707	3.336	6.295	5.564
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.661	2.151
Obrigações intra-setoriais	77	77	215	216
Outros	21	156	73	503
Subtotal	3.846	3.583	9.366	8.514
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	29.830	36.773	30.125	37.152
Aluguéis	757	414	2.198	1.171
Subtotal	30.587	37.187	32.323	38.323
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos distribuídos	9.027	2.480	9.027	2.480
Lucro retido (Reserva Legal)	1.901	522	1.901	522
Reserva de retenção de lucro	27.083	7.440	27.083	7.440
Participação dos não controladores	-	1.099	-	1.099
Subtotal	38.011	11.541	38.011	11.541
Valor adicionado distribuído	72.627	52.529	80.248	58.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Calango 6 Energia Renovável S.A. ("Calango 6" ou "Companhia"), originalmente denominada Cambará do Sul RJ Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de dezembro de 2013, controlada integralmente pela Força Eólica do Brasil S.A., cujo objeto social contempla a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista, prospecção de novos negócios na área de geração de energia elétrica e atuação no mercado de geração de energia elétrica.

A Companhia está autorizada a operar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2014 e, é proprietária do projeto eólico Calango 6, localizado no município de Bodó, Rio Grande do Norte que conta com 15 (quinze) aerogeradores em fase de construção, com capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 18,5 MW médios, e iniciou sua operação comercial em 28 de dezembro de 2016, quando a energia produzida pelas unidades geradoras ficou disponível no SIN (Sistema Interligado Nacional).

Em 19 de março de 2015, a Força Eólica do Brasil S.A., integralizou capital na Companhia através da transferência de 100% das ações detidas nas companhias Santana 1 Energia Renovável S.A. e Santana 2 Energia Renovável S.A., cujas características estão apresentadas a seguir:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Santana 1	Bodó - RN	30,0	17,3	14/11/2014	13/11/2049
Santana 2	Lagoa Nova - RN	24,0	13,1	14/11/2014	13/11/2049

Os parques eólicos Santana 1 e 2 iniciaram suas operações comerciais em 28 de dezembro de 2016, quando a energia produzida pela unidades geradoras ficou disponível no SIN (Sistema Interligado Nacional).

2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e são compostas pelas informações contábeis da Calango 6 e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. As empresas controladas estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Percentual de Participação (%)	
		2018	2017
		Direta	Direta
Santana 1 Energia Renovável S.A. - Santana 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Santana 2 Energia Renovável S.A. - Santana 2	Geração eólica	100,00%	100,00%

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” - International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 21 de Instrumentos Financeiros.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vide nota explicativa nº 15;
- (ii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 20;
- (iii) Depreciação registrada de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos conforme nota nº 9.
- (iv) Reconhecimento de provisões para desmantelamento por meio de avaliação dos custos necessários para desmobilização dos ativos, provisões para ressarcimento por meio de estudos realizados pelos especialistas baseados em relatórios emitidos pela CCEE e provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais, trabalhistas e regulatórias, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 12;

3.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, além de outros créditos realizáveis por caixa.

O Grupo reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável, no reconhecimento inicial, para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e
- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pelo Grupo.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, o Grupo considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

O Grupo classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
 - mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - designado ao VJR.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

d) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(i) Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia dos parques eólicos.

As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

(ii) Provisões para desmobilização de ativos

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmantelamento de ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e estão sendo depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

g) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

O Grupo possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 3.6. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 20.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 3.6.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

j) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

k) Informações por segmento

A Companhia possui a geração de energia elétrica como seu único segmento operacional.

3.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I - Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*)

O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, o Grupo não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Esta norma requer que o Grupo deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

O Grupo reconhece a receita de geração de energia pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia produzida é provisionada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

O Grupo reconhece a receita pela comercialização de energia na CCEE pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A adoção da IFRS 15/CPC 47 não gerou impacto em ambas receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.

II - Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

O Grupo adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

- Classificação e Mensuração- Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros do Grupo, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis do Grupo.

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	286
Fundos de investimento	VJR	VJR	26.691
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	24.953
Total de ativos financeiros			51.930
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	17.827
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	258.101
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	46.892
Total de passivos financeiros			322.820

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não gerou impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

III - Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

3.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia entende que a adoção da IFRS 16/CPC 06 não gerará impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

(ii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none">• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017;• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.	1º de janeiro de 2019

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i>)	Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.	1º de janeiro de 2019
CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 - <i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i>)	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como “planos de benefício previdenciário”, “planos de pensão”, “planos de aposentadoria” ou “planos de benefício de aposentadoria”. Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 - <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 10 - <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

4. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente publicada em 01 de março de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis.

4.1 Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017.

Controladora

Ref	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017		
	(Originalmente Reapresentado)	Reclassificações	(Reclassificado)
Receita Líquida	28.387	(77)	28.310
Custo dos Serviços	(10.681)	77	(10.604)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(397)	-	(397)
Resultado de participações societárias	29.633	-	29.633
Receitas Financeiras	1.372	-	1.372
Despesas Financeiras	(36.773)	-	(36.773)
Lucro líquido do exercício	11.541	-	11.541

Consolidado

Ref	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017		
	(Originalmente Reapresentado)	Reclassificações	(Reclassificado)
Receita Líquida	80.609	(216)	80.393
Custo dos Serviços	(30.472)	216	(30.256)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(1.604)	-	(1.604)
Receitas Financeiras	2.311	-	2.311
Despesas Financeiras	(37.151)	-	(37.151)
Imposto de renda e contribuição social	(2.152)	-	(2.152)
Lucro líquido do exercício	11.541	-	11.541

- (a) Reclassificação das Taxa de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) do custo do serviço para deduções da receita no montante de R\$ 77, na controlada e R\$ 216, no consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

4.2 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017.

Controladora

Demonstração do fluxo de caixa	2017	Ref.	Reclassificações	2017
	(Apresentado)			(Reclassificado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.541	(a)	(11.541)	-
Lucro líquido do exercício	-	(a)	11.541	11.541
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa utilizado nas atividades operacionais	16.456		-	16.456
Redução (aumento) em ativos operacionais	(14.740)	(b)	7.674	(7.066)
Aumento (redução) em passivos operacionais	(27.416)		-	(27.416)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(14.159)		7.674	(6.485)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(5.814)		-	(5.814)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	31.544	(b)	(7.674)	23.870
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	11.571		-	11.571

Consolidado

Demonstração do fluxo de caixa	2017	Ref.	Reclassificações	2017
	(Apresentado)			(Reclassificado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.693	(a)	(13.693)	-
Lucro líquido do exercício	-	(a)	11.541	11.541
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa utilizado nas atividades operacionais	66.362	(a)	2.152	68.514
Redução (aumento) em ativos operacionais	(29.784)	(b)	7.972	(21.812)
Aumento (redução) em passivos operacionais	(64.892)		-	(64.892)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(14.621)		7.972	(6.649)
Caixa gerado pelas atividades de investimento	9.940		-	9.940
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	31.544	(b)	(7.972)	23.572
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	26.863		-	26.863

- (a) Reclassificação dos saldos do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para o lucro líquido do exercício, gerando impactos nos ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.
- (b) Reclassificação dos saldos de depósitos em garantia da atividade operacional para a atividade de financiamento. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e depósitos bancários à vista	99	140	176	286
Fundos de Investimento exclusivos	14.308	11.471	51.870	26.691
	14.407	11.611	52.046	26.977

Em 31 de dezembro de 2018, Caixa e equivalentes de caixa que é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Fundos de investimento	Controladora		Consolidado		
	Carteira	2018	2017	2018	2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa					
BB Top Curto Prazo					
Compromissadas com lastro de títulos públicos		13.722	11.119	49.747	25.874
Títulos públicos		572	344	2.073	800
Compromissadas com lastro de títulos públicos		14	8	50	17
Total CEC - Fundos Exclusivos		14.308	11.471	51.870	26.691

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Partes Relacionadas	(a)	2.859	1.758	7.628	5.477
Comercialização de energia na CCEE	(b)	7.109	6.478	21.688	19.476
Total		9.968	8.236	29.316	24.953

- a) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia elétrica junto a NC Energia, cujo prazo de vigência terminou em 31 de dezembro de 2018, tendo prazo médio de recebimento de 30 dias.
- b) Refere-se aos créditos oriundos da liquidação positiva no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 60 dias com exceção das inadimplências que são rateadas entre os agentes de mercado.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda - IR	(a)	496	312	552	368
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	15	15	15	15
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		-	-	-	23
Programa de Integração Social - PIS		3	-	3	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		15	-	15	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		18	18	19	18
Total		547	345	604	424

- (a) O Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

8. INVESTIMENTOS

A seguir apresentamos informações sobre as investidas:

Controladas	Data-base	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
	Patrimoniais / Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
SANTANA 1	2018	32.238	179.770	24.571	4.913	182.524	24.702
	2017	17.099	185.864	11.421	4.579	186.963	17.698
SANTANA 2	2018	24.871	144.387	19.912	4.528	144.818	17.347
	2017	15.062	149.377	11.682	4.256	148.501	11.935

Apresentamos a seguir a movimentação do saldo de investimentos da Controladora:

	Saldos em 01 de janeiro de 2017	Aumento de capital	Resgate de ações em tesouraria	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2017
SANTANA 1	164.484	15.349	(6.365)	17.698	(4.203)	186.963
SANTANA 2	131.547	12.932	(5.079)	11.935	(2.834)	148.501
TOTAL	296.031	28.281	(11.444)	29.633	(7.037)	335.464

	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Aumento de capital	Resgate de ações em tesouraria	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2018
SANTANA 1	186.963	-	(10.664)	24.702	(18.477)	182.524
SANTANA 2	148.501	11	(8.418)	17.347	(12.623)	144.818
TOTAL	335.464	11	(19.082)	42.049	(31.100)	327.342

9. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da controladora e do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				
	2018		2017		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,03%	38.821	(2.951)	35.870	45.954
Máquinas e equipamentos	3,11%	146.390	(11.129)	135.261	129.887
Veículos	14,29%	94	(8)	86	90
		185.305	(14.088)	171.217	175.931
Total		185.305	(14.088)	171.217	175.931

	Consolidado				
	2018		2017		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,03%	112.366	(8.543)	103.823	121.815
Máquinas e equipamentos	3,13%	423.209	(32.175)	391.034	388.876
Veículos	14,29%	190	(15)	175	182
		535.765	(40.733)	495.032	510.873
Total		535.765	(40.733)	495.032	510.873

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

	Controladora					
	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Valor Líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	172.543	-	172.543	6.885	6.885	179.428
Adições	-	-	-	3.957	3.957	3.957
Provisão desmantelamento	-	-	-	(244)	(244)	(244)
Depreciação	-	(7.210)	(7.210)	-	-	(7.210)
Transferências	10.598	-	10.598	(10.598)	(10.598)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	183.141	(7.210)	175.931	-	-	175.931
Adições	-	-	-	1.997	1.997	1.997
Provisão desmantelamento	167	-	167	-	-	167
Depreciação	-	(6.878)	(6.878)	-	-	(6.878)
Transferências	1.997	-	1.997	(1.997)	(1.997)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	185.305	(14.088)	171.217	-	-	171.217

	Consolidado					
	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Valor Líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	502.814	-	502.814	16.903	16.903	519.717
Adições	-	-	-	12.741	12.741	12.741
Provisão desmantelamento	-	-	-	(682)	(682)	(682)
Depreciação	-	(20.903)	(20.903)	-	-	(20.903)
Transferências	28.962	-	28.962	(28.962)	(28.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	531.776	(20.903)	510.873	-	-	510.873
Adições	-	-	-	3.520	3.520	3.520
Provisão desmantelamento	469	-	469	-	-	469
Depreciação	-	(19.830)	(19.830)	-	-	(19.830)
Transferências	3.520	-	3.520	(3.520)	(3.520)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	535.765	(40.733)	495.032	-	-	495.032

No exercício de 2018, o Grupo Neoenergia concluiu a análise sobre a vida útil de seus parques eólicos. Como resultado, foi considerada uma melhor estimativa, conforme as circunstâncias atuais, sobre a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos sendo considerado para as partes móveis 25 anos e para as partes fixas 40 anos ou limitado ao prazo da concessão, dos dois o menor, frente aos 25 anos considerados anteriormente.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Energia elétrica	237	-	418	-
Encargos de uso da rede	117	121	327	331
Materiais e serviços	4.586	4.894	16.459	17.496
Total	4.940	5.015	17.204	17.827

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos				
Moeda nacional				
BNDDES	258.757	266.073	258.757	266.073
(-) Depósitos em garantia	(7.456)	(7.674)	(7.456)	(7.972)
Total empréstimo moeda nacional	251.301	258.399	251.301	258.101
Moeda nacional - Circulante	10.709	9.929	10.709	9.929
Moeda nacional - Não Circulante	240.592	248.470	240.592	248.172
Debêntures				
Calango 6	54.952	48.692	54.952	48.692
(-) Custos de transação	(1.565)	(1.800)	(1.565)	(1.800)
Total Debêntures	53.387	46.892	53.387	46.892
Debêntures - Não Circulante	53.387	46.892	53.387	46.892
Endividamento Total	304.688	305.448	304.688	305.448
Endividamento Total - Circulante	10.709	9.929	10.709	9.929
Endividamento Total - Não Circulante	293.979	295.362	293.979	295.064

Abaixo, as condições contratuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures da controladora e das controladas em 31 de dezembro de 2018:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2018
BNDDES	Real	Investimentos	TJLP + 2,12% a.a	2033	Aval Neoenergia	273.500	258.757
Debenturistas	Real	Investimentos	100% IPCA + 8,7345%	2028	Aval Neoenergia	43.500	54.952
						317.000	313.709

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

11.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Controlada		
	Moeda nacional		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	5.648	206.270	211.918
Ingressos	1.117	38.134	39.251
Encargos	19.264	-	19.264
Variação monetária e cambial	87	2.535	2.622
Transferências	(3.881)	3.881	-
Amortizações	(3.565)	-	(3.565)
Pagamentos de juros	(9.386)	-	(9.386)
Mov. depósitos em Garantias	-	(7.674)	(7.674)
(-) Custos de transação	645	5.324	5.969
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.929	248.470	258.399
Encargos	20.473	-	20.473
Variação monetária e cambial	67	1.738	1.805
Transferências	9.847	(9.847)	-
Amortizações	(9.088)	-	(9.088)
Pagamentos de juros	(20.519)	-	(20.519)
Mov. depósitos em Garantias	-	231	231
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10.709	240.592	251.301

	Consolidado		
	Moeda nacional		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	5.648	206.270	211.918
Ingressos	1.117	38.134	39.251
Encargos	19.264	-	19.264
Variação monetária e cambial	87	2.535	2.622
Transferências	(3.881)	3.881	-
Amortizações	(3.565)	-	(3.565)
Pagamentos de juros	(9.386)	-	(9.386)
Mov. depósitos em Garantias	-	(7.972)	(7.972)
(-) Custos de transação	645	5.324	5.969
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.929	248.172	258.101
Encargos	20.473	-	20.473
Variação monetária e cambial	67	1.738	1.805
Transferências	9.847	(9.847)	-
Amortizações	(9.088)	-	(9.088)
Pagamentos de juros	(20.519)	-	(20.519)
Mov. depósitos em Garantias	-	529	529
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10.709	240.592	251.301

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2018
	Dívida
2019	-
2020	18.261
2021	18.261
2022	18.261
2023	18.261
2024	18.261
Após 2024	156.743
Total obrigações	248.048
(-) Depósitos em Garantias	(7.456)
Total	240.592

Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme segue:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,20$

11.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	54	41.702	41.756
Encargos	-	5.149	5.149
Transferências	(54)	54	-
Pagamentos de juros	-	(210)	(210)
(-) Custos de transação	-	197	197
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	46.892	46.892
Encargos	-	6.261	6.261
(-) Custos de transação	-	234	234
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	53.387	53.387

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	2018		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2020	6.465	(250)	6.215
2021	6.465	(233)	6.232
2022	6.465	(214)	6.251
2023	6.465	(188)	6.277
2024	6.465	(188)	6.277
Após 2024	22.627	(492)	22.135
Total	54.952	(1.565)	53.387

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura de emissão de debêntures contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora, conforme segue:

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA $\leq 4,0$
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro $\geq 1,5$

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A composição do saldo de provisões é como segue:

	Controladora		
	Provisões		Total
	Desmantelamento	Ressarcimento	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	1.328	-	1.328
Constituição	-	3.365	3.365
Baixa/reversão	(244)	-	(244)
Atualização	152	331	483
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.236	3.696	4.932
Constituição	167	-	167
Atualização	141	-	141
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.544	3.696	5.240

	Consolidado		
	Provisões		Total
	Desmantelamento	Ressarcimento	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	3.718	-	3.718
Constituição	-	9.958	9.958
Baixa/reversão	(682)	-	(682)
Atualização	424	331	755
Saldos em 01 de janeiro de 2018	3.460	10.289	13.749
Constituição	469	-	469
Atualização	395	-	395
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.324	10.289	14.613

Desmantelamento

Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Calango 6, Santana 1 e Santana 2, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada nos empreendimentos. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar a obrigação.

A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

Na constituição das provisões o Grupo considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

a) Processos judiciais

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Cíveis

A Controlada Santana 2, possui processo judicial de natureza cível, referente à resolução contratual de arrendamento com perdas e danos, cobrança e reintegração de posse e tutela antecipada. A Controlada possui um total estimado de R\$ 683 em ação cível com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Fiscais

O Grupo possui um total estimado de R\$ 1.733 (R\$ 429 em 31 de dezembro de 2017) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração das controladas motivados por:

(i) As controladas do Grupo e a Controladora possuem um total estimado de R\$ 467 em ações tributárias de autos de infração fiscal lavrado pela Prefeitura Municipal de Bodó/RN devido ao não recolhimento e/ou recolhimento a menor da Taxa de Licença (Alvará de Funcionamento).

(ii) A Controlada Santana 1, possui um total estimado de R\$ 1.146 em ações tributárias de autos de infração fiscal lavrado pela Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN em razão do não recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, o Grupo realiza depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Fiscais	71	229
Total	71	229

13. OUTROS PASSIVOS

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Encargos setoriais		20	12	32	24
Partes Relacionadas	(a)	102	2.692	307	4.882
Mutuo com partes relacionadas	(b)	-	16.502	-	16.502
Outros		43	9	129	28
Total		165	19.215	468	21.436
Circulante		130	19.206	364	21.408
Não circulante		35	9	104	28

(a) Refere-se ao contrato de compartilhamento de infraestrutura, que tem como objeto o compartilhamento de mão de obra necessária para a operação in loco dos parques eólicos (Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Mel 2, Arizona 1, Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 6, Santana 1 e Santana 2).

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (b) Em 29 de novembro de 2016, a Calango 6 firmou contrato de mútuo com sua controladora Força Eólica do Brasil S.A., no montante de R\$ 14.500 acrescidos juros de 103,5% do CDI sendo liquidado em 2018 conforme demonstrado abaixo:

Saldos em 01 de janeiro de 2017	27.762
Encargos	1.967
Pagamento principal	(12.637)
Pagamento imposto	(159)
Pagamento encargo	(547)
IOF	116
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.502
Encargos	831
Pagamento principal	(14.777)
Pagamento imposto	(381)
Pagamento encargo	(2.175)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 30.001, composta por 193.145.408 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Força Eólica do Brasil S.A.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e a média ponderada das ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	38.011	11.541
Média ponderada das ações em circulação	193.145	193.145
Lucro por ação	0,20	0,06

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos potenciais dilutivos, logo o lucro básico e diluído por ação são iguais.

Reserva de Capital

Refere-se a contribuição efetuada pela controladora Calango 6 Energia Renovável S.A. quando da integralização das ações que ultrapassam o valor nominal das mesmas. Desta forma o valor excedente foi considerado como reserva de capital, nos termos do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e pode ser utilizada somente para compensação de prejuízos e aumento de capital.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(ii) Reserva para investimento

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, deve ser destinado a Reserva para investimentos, a qual é destinada a financiar a expansão das atividades da Companhia para investimentos ou criação de novos empreendimentos.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Dividendos mínimos		
Lucro líquido do exercício - controladora	38.011	11.541
Absorção prejuízo anterior	-	(1.099)
Constituição da reserva legal (5%)	(1.901)	(522)
Base de cálculo do dividendo	<u>36.110</u>	<u>9.920</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>9.027</u>	<u>2.480</u>

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos iniciais	<u>2.480</u>	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	9.027	2.480
Pagos no exercício	(2.480)	-
Saldos finais	<u>9.027</u>	<u>2.480</u>

15.RECEITA LÍQUIDA

As informações sobre a aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 na receita do Grupo de contratos com clientes estão descritas na Nota 3.6. Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 47 / IFRS 15, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia na CCEE de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração, ambas reconhecidas pelo regime de competência.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O Grupo utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE:

- Prêvia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE;
- Prêvia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%;
- Contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época;
- Valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE

As receitas do Grupo estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia e foram geradas, geograficamente, na região Sudeste.

A composição da receita líquida e suas deduções é como segue:

Ref	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Principais receitas				
	36.552	23.432	96.655	61.385
Fornecimento de energia elétrica				
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(a) 5.394	8.225	16.173	24.722
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo	41.946	31.657	112.828	86.107
(-) Deduções da receita bruta	(a) (3.957)	(3.347)	(6.682)	(5.714)
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo	37.989	28.310	106.146	80.393

(a) Câmara de comercialização de Energia - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

(b) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos e contribuições				
PIS	(692)	(583)	(1.152)	(980)
COFINS	(3.188)	(2.687)	(5.315)	(4.518)
Encargos Setoriais				
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(77)	(77)	(215)	(216)
Total	(3.957)	(3.347)	(6.682)	(5.714)

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

16.CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(326)	(255)	(497)	(701)
Energia curto prazo - PLD	(2.371)	(2)	(6.547)	(3)
Créditos de PIS e COFINS	227	-	227	-
Taxa CCEE	(18)	(8)	(49)	(22)
Total	(2.488)	(265)	(6.866)	(726)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica	(1.264)	(1.197)	(3.735)	(3.538)
Encargos de conexão	(503)	(594)	(1.501)	(1.764)
Total	(1.767)	(1.791)	(5.236)	(5.302)
Total de Custos com Energia Elétrica	(4.255)	(2.056)	(12.102)	(6.028)

17.CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas	Controladora			
	2018		2017	
	Custos dos serviços	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(224)	-	(224)	(231)
Material	-	(1)	(1)	(69)
Serviços de terceiros	(700)	(249)	(949)	(629)
Depreciação e amortização	(6.878)	-	(6.878)	(7.210)
Arrendamentos e aluguéis	(585)	(172)	(757)	(414)
Tributos	(9)	(12)	(21)	(157)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(117)	(108)	(225)	(235)
Total custos/despesas	(8.513)	(542)	(9.055)	(8.945)

Custos/Despesas	Consolidado			
	2018		2017	
	Custos dos serviços	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(671)	-	(671)	(693)
Material	(20)	(1)	(21)	(254)
Serviços de terceiros	(2.286)	(366)	(2.652)	(1.801)
Depreciação e amortização	(19.830)	-	(19.830)	(20.903)
Arrendamentos e aluguéis	(2.026)	(172)	(2.198)	(1.171)
Tributos	(37)	(36)	(73)	(504)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(352)	(108)	(460)	(506)
Total custos/despesas	(25.222)	(683)	(25.905)	(25.832)

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Renda de aplicações financeiras	1.159	1.337	2.696	2.133
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	-	90	-	234
Variações monetárias e cambiais - Outras receitas	4	-	4	-
Atualização de depósitos judiciais	4	-	12	-
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(54)	(66)	(54)	(66)
Outras receitas financeiras	-	11	-	10
Total	1.113	1.372	2.658	2.311
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(27.817)	(26.495)	(27.817)	(26.495)
Variações monetárias e cambiais - Dívida (a)	(1.805)	(2.622)	(1.805)	(2.622)
Variações monetárias e cambiais - Outras despesas	-	-	(2)	-
IOF	(4)	(6.166)	(4)	(6.166)
Atualização provisão para desmantelamento	(141)	(483)	(395)	(755)
Outras despesas financeiras	(63)	(1.007)	(102)	(1.113)
Total	(29.830)	(36.773)	(30.125)	(37.151)
Resultado financeiro líquido	(28.717)	(35.401)	(27.467)	(34.840)
Resumo das variações monetárias e cambiais				
Empréstimos, financiamentos e debentures.	(1.805)	(2.622)	(1.805)	(2.622)
Outros	4	-	2	-
Total líquido	(1.801)	(2.622)	(1.803)	(2.622)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado			
	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.672	40.672	13.693	13.693
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.672	40.672	13.693	13.693
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.168	3.660	3.423	1.232
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(9.242)	(3.056)	(5.511)	(1.746)
Efeito regime lucro presumido	(9.420)	(3.120)	(6.539)	(2.116)
Diferenças permanentes	178	64	1.028	370
Exclusões	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	926	604	(2.088)	(514)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	831	300	3.495	1.259
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.757	904	1.407	745
Corrente	1.757	904	1.407	745
Recolhidos e Pagos	1.132	671	812	491
A pagar	316	233	422	244
Compensados e deduzidos	309	-	173	10
Impostos antecipados a recuperar	-	-	-	-
Total	1.757	904	1.407	745

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

20.SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Vencimento
	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
	2018	2017	2018	2017	
Receita/ (Compra) de Energia Elétrica					
COSERN	-	-	-	248	2017
NC ENERGIA S.A.	(a) 7.628	6.177	96.158	37.483	2019
	7.628	6.177	96.158	37.731	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)					
COSERN	-	-	-	400	2017
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	-	(4)	-	2018
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	(3)	-	2018
	-	-	(7)	400	
Serviços Administrativos					
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(b) (307)	(4.883)	-	-	Indeterminado
	(307)	(4.883)	-	-	
Dividendos e JSCP					
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(9.027)	(2.480)	-	-	2019
	(9.027)	(2.480)	-	-	
Empréstimos, Aplicações Financeiras e Contrato de Mútuo					
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	-	(16.502)	-	-	2018
	-	(16.502)	-	-	

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- Contrato de suprimento de energia elétrica de curto prazo firmado com a NC Energia. O contrato possui vigência até janeiro de 2019.
- Refere-se ao contrato de compartilhamento de infraestrutura, que tem como objeto o compartilhamento de mão de obra necessária para a operação in loco dos parques eólicos Calango 6, Santana 1 e Santana 2.

	Controladora				Vencimento
	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
	2018	2017	2018	2017	
Receita/ (Compra) de Energia Elétrica					
COSERN	-	-	-	248	2017
NC ENERGIA S.A.	(a) 2.859	2.122	36.226	14.027	2019
	2.859	2.122	36.226	14.275	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)					
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	-	(2)	-	2018
	-	-	(2)	-	
Serviços Administrativos					
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(b) (102)	(2.692)	-	-	Indeterminado
	(102)	(2.692)	-	-	
Dividendos e JSCP					
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(9.027)	(2.480)	-	-	2019
SANTANA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	18.477	4.203	-	-	2019
SANTANA 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	12.623	2.834	-	-	2019
	22.073	4.557	-	-	
Empréstimos, Aplicações Financeiras e Contrato de Mútuo					
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	-	(16.502)	-	-	2018

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- Contrato de suprimento de energia elétrica de curto prazo firmado com a NC Energia. O contrato possui vigência até janeiro de 2019.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de infraestrutura, que tem como objeto o compartilhamento de mão de obra necessária para a operação in loco do parque eólico Calango 6.

20.1 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração aos administradores da Companhia.

21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros do Grupo segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

O Grupo está exposto a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2018, o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 51.870 em fundos exclusivos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis das controladas do Grupo, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento do Grupo vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas futuras de mercado para os indexadores.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	251.301	465.950	-	29.866	30.161	30.458	30.758	31.061	313.646
Debêntures	53.387	85.982	-	4.697	7.794	8.499	9.659	10.768	44.565
Fornecedores	17.204	17.204	17.204	-	-	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, o Grupo segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

Ratings de longo prazo em escala nacional¹	Moody's	S&P
Banco ABC	Aa2	AA-
Banco do Brasil	Aa1	
BNP Paribas		AA-
Bradesco	Aa1	AA-
Caixa Econômica Federal	Aa1	AA-
Citibank		AA-
Itaú	A1	AA-
Mizuho	Aaa	
Safra	Aa1	AA-
Santander	Aaa	AA-
Tokyo-Mitsubishi		AA-
Votorantim	Aa3	AA-

⁽¹⁾ Bank of America, HSBC, JP Morgan, Scotiabank e Sumitomo possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros consolidados pelo Grupo. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes e outros	29.316	24.953
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	52.046	26.977
Títulos e valores mobiliários	277	-

e) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.

- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo / Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	59.603	3.815	(954)	(1.907)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,9%	(54.952)	(6.539)	(435)	(869)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(258.757)	(23.190)	(4.548)	(9.095)

22. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, o Grupo utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais o Grupo possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 - São dados não observáveis para o ativo ou passivo.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos do Grupo, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível (*)	Consolidado			
		2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes e outros	2	29.316	29.316	24.953	24.953
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	<u>52.323</u>	<u>52.323</u>	<u>26.977</u>	<u>26.977</u>
Títulos e valores mobiliários	2	277	277	-	-
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	<u>17.204</u>	<u>17.204</u>	<u>17.827</u>	<u>17.827</u>
Empréstimos e financiamentos	2	251.301	251.301	258.101	258.101
Debêntures	2	53.387	53.387	46.892	46.892

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Métodos e técnicas de avaliação

O Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso o Grupo entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, o Grupo entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo o Grupo mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

23. COMPROMISSOS

As empresas do Grupo possuem contrato para execução de obras civis e para a fabricação, testes, envio, transporte, entrega em obra, descarga, montagem e funcionamento dos aerogeradores em regime de empreitada integral junto ao fornecedor GAMESA EÓLICA DO BRASIL LTDA e serviços de manutenção e instalações junto ao fornecedor ENGELMIG ENERGIA.

As controladas possuem também contratos com diversos arrendantes para entrega de área determinada com o objetivo de implantação de geradores eólicos.

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como seguem (*):

	Vigência	Consolidado					Após 2024
		2020	2021	2022	2023	2024	
GAMESA	2019 a 2024	7.705	8.014	8.334	8.667	2.167	-
Arrendamentos	2016 a 2049	1.308	1.360	1.415	1.471	1.530	38.255
ENGELMIG	2017 a 2020	295	-	-	-	-	-

(*) Não auditado.

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

24.SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Grupo está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Terrorismo	31/05/18 a 31/05/19	571.263	80
Responsabilidade civil ambiental	31/05/18 a 31/05/19	54.000	2
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/18 a 31/05/19	132.000	14
Catástrofes naturais	31/05/18 a 31/05/19	973.935	2
Veículos	31/05/18 a 31/05/19	100% FIPE	2
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/18 a 31/05/19	571.263	239

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.